

“SÓ TEMOS UMAS ÀS OUTRAS”: VELHICES TRAVESTIS, CUIDADO E JUSTIÇA CLIMÁTICA

Lívia Pacheco da Cruz
Silvia Virginia Coutinho Areosa

GRUPO DE TRABALHO: GT5: Desenvolvimento urbano, urbanização, inclusão social e qualidade de vida:

RESUMO

Este estudo discute a articulação entre justiça climática, cuidado e as vivências de velhices trans e travestis com 60 anos ou mais, a partir de relatos e experiências de lideranças da população travesti no Rio Grande do Sul afetadas pelas enchentes de 2024. Por meio de análise qualitativa de narrativas, o texto evidencia como a crise climática não apenas aprofunda desigualdades estruturais, mas também revela o papel central das redes de solidariedade comunitárias como formas de resistência e cuidado coletivo. A ausência de políticas públicas interseccionais, a invisibilidade das pessoas trans e travestis idosas, alinhada à exclusão dos programas de moradia, saúde e proteção social demonstram a urgência de iniciativas que articulem justiça ambiental, equidade de gênero e reconhecimento das velhices dissidentes como sujeitos de direito e de cuidado. O estudo defende que escutar e incorporar as vozes das travestis idosas é condição para qualquer proposta de futuro digno frente às emergências climáticas.

Palavras-chave: Cuidado. Justiça climática. Travestis. Políticas públicas. Resistência coletiva.

INTRODUÇÃO

As crises ambientais contemporâneas, intensificadas pelas mudanças climáticas, vêm revelando as desigualdades estruturais que atravessam os corpos e os territórios. Entre os mais afetados por esses desastres, encontram-se aqueles cujas vidas já são marcadas por múltiplas camadas de exclusão, como é o caso das velhices trans e travestis. Este estudo propõe-se a refletir sobre a interseção entre justiça climática, cuidado e as experiências de envelhecimento dissidente, a partir das falas de Rosa, Magnólia e Dália¹, lideranças travestis, com 60 anos ou mais, que atuam na linha de frente da resistência comunitária no Rio Grande do Sul.

¹ Rosa, Magnólia e Dália são nomes fictícios de três lideranças da população trans e travestis do Rio Grande do Sul. As três são mulheres travestis com 60 anos ou mais.

Adota-se no estudo uma abordagem qualitativa, articulando com a teoria interseccionalidade de Collins e Bilge (2021) e aportes dos estudos feministas de Federici (2019) Butler (2015) e hooks (2000). Essa opção metodológica parte da compreensão de que a escuta atenta das experiências das travestis idosas é uma ferramenta política e epistemológica para tensionar as narrativas oficiais sobre justiça climática e políticas públicas. Nos termos apresentado por Favero (2020), escutar as vozes silenciadas, especialmente de travestis e mulheres trans idosas, é um ato de justiça epistêmica e política.

Os relatos deste estudo foram extraídos das falas apresentadas no Seminário Nacional sobre Justiça Climática, População Trans e Travesti: Direitos e Resistências em Tempos de Desastres Socioambientais, realizado no dia 28 de março de 2025, no Memorial UNISC, em Santa Cruz do Sul/RS. Destaca-se que as narrativas foram aprofundadas por meio de conversas, revisões e validação dos relatos pelas próprias interlocutoras.

Assim, o estudo evidencia que a ausência do Estado, a transfobia e o etarismo se entrelaçam e são refletidas nas políticas públicas, ao negar ou limitar às travestis idosas o direito à moradia, à saúde e à existência digna. Frente a esse cenário, observa-se que as estratégias coletivas de cuidado, redes de apoio e práticas de resistência subvertem o abandono institucional e reivindicam novos modos de viver com dignidade (Rovere, 2023). A experiência das lideranças analisadas também coloca em evidência a potência das práticas sociais autônomas, que constituem espaços de formação de cidadania a partir das margens, por meio da construção de vínculos afetivos e da reivindicação de políticas públicas, nos moldes dos ensinamentos de hooks (2000).

1. A CRISE CLIMÁTICA COMO AGRAVANTE DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO E IDADE

A população trans e travesti enfrenta múltiplas formas de violência, inclusive aquelas que negam a própria existência dessas pessoas. A violência e o desrespeito enfrentados são exacerbados quando se considera o envelhecimento. A própria falta de dados oficiais sobre vida, mortalidade, morbidade, são indicativos da negligência com tal população. A ausência de informações confiáveis e abrangentes ressalta a falta de reconhecimento e atenção dada a esses indivíduos (Henning, 2017).

Um dos principais obstáculos à construção de políticas públicas para as velhices trans e travesti é a ausência de dados e diagnósticos oficiais que reconheçam sua existência. Essa

invisibilidade estatística não é acidental: trata-se de uma forma de exclusão política que transforma essas populações em “não sujeitos” das políticas públicas.

O déficit de políticas públicas específicas para a população trans e travesti idosa revela uma lacuna no âmbito das estratégias de desenvolvimento social. A ausência de abordagens inclusivas resulta não apenas em um desfavorecimento em relação à população idosa cisgênero, mas também reflete uma perpetuação do preconceito. Isso induz à invisibilização das necessidades desses indivíduos no contexto político, negligenciando a equidade e a diversidade como pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

A invisibilidade pode ser um caminho para, ou uma camada da negligência, mas não é a única. Um assunto pode ser visível, mas ao mesmo tempo não ser considerado importante. Teríamos, neste caso, uma situação não de invisibilidade, mas de apatia – a negação da importância de um determinado problema, ou dos grupos que estão expostos a esse problema. Também é possível que o assunto seja considerado importante, mas não seja pautado na lista de objetivos políticos – neste caso teríamos uma negação de agenda ou de política. (Nunes, 2023, p. 19).

As enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em 2024 escancararam a desigualdade na distribuição dos danos causados pelos desastres ambientais. Acselrad, Mello e Bezerra (2011) que os efeitos das catástrofes não são neutros: eles seguem o desenho das desigualdades preexistentes. Nesse contexto, as vivências de Rosa revelam o apagamento das pessoas trans e travestis nos espaços de abrigo e assistência emergencial. Mesmo sendo uma das vítimas da enchente, Rosa coordenou um abrigo com mais de 2 mil pessoas, das quais apenas seis se identificam como LGBTQ+.

“Eu era uma mulher trans cuidando de um abrigo, num lugar onde o portão fechava às dez da noite e as meninas que estavam na rua não podiam mais entrar. Era um abrigo excludente, porque não entendia nossas realidades”, afirma Rosa. A ausência de acolhimento às travestis revela uma estrutura institucional que ignora as especificidades de gênero e identidade, configurando-se como um cenário de risco, exclusão e violência.

A luta pelo direito à moradia é central nas reivindicações das velhices trans e travesti. Para Rosa, “a maioria de nós não tem família, não tem aposentadoria, não tem casa. Só tem umas às outras”. Essa afirmação sintetiza a precariedade vivida por uma geração de travestis e mulheres trans que envelhecem sem rede de apoio institucional, dependente das próprias companheiras e da resistência coletiva.

A moradia, como destaca Federici (2019), não é apenas abrigo físico, mas também território político e espaço de dignidade. Entretanto, as políticas habitacionais existentes raramente reconhecem as necessidades específicas das pessoas trans e travestis, privando essas pessoas de construir esses espaços. Os relatos de Rosa demonstram que, mesmo em

iniciativas como o programa Minha Casa Minha Vida, a exclusão simbólica se manifesta. A invisibilidade institucional leva à precarização da vida, transformando a conquista de um lar em uma batalha contínua por reconhecimento, recursos e proteção.

No mesmo sentido da negligência estatal ecoa a fala de Dália: *“Quando eu tiver uma filha, vou botar o nome dela de inclusão”*. A frase resume a ironia diante de políticas públicas que falam em equidade, mas não alcançam as travestis velhas, negras, empobrecidas e soropositivas. *“Principalmente se é travesti, negra, vivendo com HIV, morando no gueto... parece que não existe nem pro SUS, nem pro SUAS, nem pra sociedade, nem pra ninguém.”*

As trajetórias de pessoas transexuais no sistema público de saúde revelam um percurso fragmentado e marcado por exclusões institucionais. Como demonstram Hanauer e Hemmi (2019), ainda que o Brasil disponha do Processo Transsexualizador no SUS, os serviços permanecem escassos e concentrados, tornando o acesso desigual e excludente. As experiências vividas por pessoas trans indicam que o cuidado em saúde, longe de ser um direito garantido, ainda depende de redes informais, resistências individuais e solidariedade comunitária.

Ainda, Hanauer e Hemmi (2019) observam que a patologização persistente das identidades trans, aliada à ausência de ações de promoção da saúde voltadas a essa população, contribui para a marginalização dentro da própria rede de atenção à saúde. Além disso, os autores reforçam a importância de compreender o cuidado não apenas como técnica assistencial, mas como um processo relacional e político, que envolve a escuta da subjetividade e o reconhecimento da dignidade das vivências trans. Ao conectar saúde, política e relações sociais, o estudo evidencia que a exclusão de pessoas trans nos serviços públicos é uma forma de violação sistemática dos princípios de universalidade e integralidade que fundamentam o SUS.

No contexto das enchentes, observou-se, ainda, que a inexistência de protocolos específicos para acolhimento da população LGBTQ+ em situações de emergência agravou a vulnerabilidade destas pessoas. Como demonstram os relatos coletados, a população trans e travesti muitas vezes é tratada como ameaça à moral e à ordem, sendo rechaçada ou hostilizada em abrigos. A violência institucional que se manifesta nesses contextos reflete padrões de exclusão social arraigados, que se intensificam diante da ausência de preparo dos agentes públicos para lidar com a diversidade.

As políticas públicas apresentam uma abordagem generalista e se pautam pela ideia do homem universal, assim deixam de abraçar a diversidade e acabam por reproduzir ou ampliar as estruturas hetero-cis-normativas excludentes. É o que ocorre com as políticas públicas destinadas às pessoas idosas, que por vezes não reconhecem que o processo de

envelhecimento se apresenta como um fenômeno heterogêneo, influenciado por variáveis sociodemográficas, tais como disparidades regionais, raça/etnia, estratificação socioeconômica, gênero e acesso a bens e serviços.

2. VELHICES TRAVESTIS, RESISTÊNCIA E CUIDADO

“Na terceira idade nós não temos onde nos agarrar. [...] Muitos falam de empregabilidade para a mulher trans. Nos 60 anos de idade, não existe a empregabilidade”, denuncia Magnólia. Conforme hooks (2000), o cuidado pode ser uma prática política de transformação. As ações de Magnólia e suas companheiras demonstram que, mesmo diante da exclusão, é possível construir redes de apoio e estratégias de geração de renda baseadas na solidariedade, na escuta e no reconhecimento da experiência vivida. Essas práticas feministas comunitárias constituem um exemplo de justiça social desde as margens.

A concepção de cuidado se apresenta de maneira polissêmica, que remonta ao contexto filosófico-político até a perspectiva relacional que une a pessoa cuidadora à pessoa cuidada. Isso ocorre, porque o cuidado é intrínseco às interações humanas. Tronto e Fisher (1990) definem o cuidado como uma atividade essencial que engloba todas as ações que realizamos para preservar, prolongar e restaurar o nosso 'mundo', visando proporcionar a melhor qualidade de vida possível. Esse conceito de 'mundo' representa nossos corpos, nossas existências e o nosso espaço, ou seja, toda a rede que sustenta a vida.

A cada dia, cuidamos para nos alimentar, vestir e nos cercar para que possamos viver no mundo o melhor possível. Cuidamos dos outros e de nós mesmos, e os outros cuidam de nós. Paramos no supermercado e compramos comida preparada para o jantar e esperamos que o lixo seja recolhido. Toda essa atividade de cuidado está constantemente acontecendo ao nosso redor. É tão onipresente que raramente pensamos nisso (Tronto, 2015, p. 8).

Em São Leopoldo e Canoas, Magnólia e as companheiras da Associação das Travestis e Transsexuais de São Leopoldo (ATTSL) protagonizam uma experiência de resistência cotidiana baseada na autogestão e no cuidado mútuo. Sem sede própria e sem recursos, organizam ações como a venda de doces e salgados em estações de metrô para garantir a sobrevivência do coletivo de mulheres trans e travestis idosas. *“A prostituição tem data de validade. Quando tu tem 60 anos, tu ganha os seus míseros 20, 30 reais [...]. Então, a gente vai arregaçar as mangas e vai trabalhar. Porque é o que resta para nós na terceira idade, já que muitas e muitos das nossas autoridades não olham para nós, né?”* Magnólia reforça.

De acordo com Rovere (2023), nas periferias urbanas, uma das formas de (sobre)vivência passa pela solidariedade e pelas redes de ajuda mútua. Diferentemente de relações pautadas pelo consumo, as trocas (de roupas e de alimentos, de ajuda na obtenção de serviços públicos), assim como as relações de cuidado, são fundamentais para a obtenção dos meios necessários para uma vida digna.

As redes de cuidado que sustentam os territórios periféricos são constituídas, majoritariamente, por mulheres, que organizam suas rotinas em torno do cuidado de filhos, netos, vizinhos, idosos e doentes. Essas redes são tecnologias sociais ancestrais de resistência e reexistência, invisibilizadas pelas políticas públicas convencionais (Rovere, 2023). Assim, o cuidado coletivo se apresenta também como prática política e organização social.

Nesse sentido, a experiência da ATTSL demonstra que a geração de renda coletiva, mesmo precária, pode se constituir como uma estratégia de cuidado entre pares. A atuação das mulheres trans e travestis mais velhas rompe com estigmas de passividade e reforça sua agência na construção de alternativas concretas de subsistência. Apesar da ausência de políticas públicas, elas continuam construindo tecnologias de cuidados em territórios vulnerabilizados.

3. POLÍTICAS DE CUIDADO E O DIREITO DE ENVELHECER COM DIGNIDADE

A concepção de cuidado como política pública está longe de ser neutra ou universal. Como as políticas públicas de cuidado moldam a forma como as responsabilidades de cuidado são distribuídas na sociedade, acabam por reproduzir as hierarquias de poder e aprofundam as desigualdades (Sorj, 2013).

O cuidado está ligado à política, pois está imerso no cotidiano das pessoas e cada ato de cuidado é moldado por um contexto político mais amplo. Esse contexto reflete os valores, leis, costumes e instituições de uma sociedade. Embora possa não ser óbvio no dia a dia das pessoas, a maneira como elas abordam a tarefa de cuidar é influenciada pela percepção da sociedade em relação à prática do cuidado, pela definição de quem é responsável por ele e pelas estruturas que devem ser mobilizadas para atender às necessidades de cuidado (Tronto, 2015).

Tronto (2015) afirma que em uma sociedade altamente desigual, o atendimento das necessidades pode se tornar um privilégio, assim como receber cuidados em vez de cuidar, ter a capacidade de escolher quais tarefas de cuidado realizar e decidir onde buscar o cuidado

necessário. No entanto, em uma sociedade que busca igualdade, essa desigualdade não deve ser considerada natural nem aceitável. Ela se perpetua e afeta as possibilidades de inserção dos diferentes grupos em outros espaços da vida social, especialmente na participação política.

No caso das velhices travestis, o cuidado, quando presente, é oferecido de maneira tutelar ou caritativa, e quase nunca estruturado como direito. Como Butler (2015) indica, o Estado define quem pode ser objeto de luto e quem merece cuidado e proteção. Essa gestão desigual da vulnerabilidade expõe as travestis idosas a um campo de exclusão intensificado, onde os seus corpos não apenas envelhecem, mas o fazem fora da norma, e por isso são deixados fora das políticas públicas.

A partir de Mbembe (2018), pode-se compreender essa realidade como expressão da necropolítica, em que o Estado decide quem merece viver com dignidade e quem deve ser descartado. Dália denuncia que nem mesmo em situações de emergência, como enchentes, essas vidas são consideradas. Reivindicar-se como *“uma avó maravilhosa”* é um ato radical de resistência frente ao etarismo, à transfobia e à política de exclusão que tenta apagar essas existências.

Rosa, Magólia e Dália alertam para a total ausência de mapeamento das pessoas trans e travestis nos municípios gaúchos, especialmente nas pequenas cidades. Como salientam, *“as pessoas acham que a enchente nos levou embora, mas a verdade é que a exclusão veio antes da água”*.(SIC). O apagamento dos registros, combinado com o preconceito institucional, transforma essas vidas em arquivos vivos da exclusão.

A provocação de Dália também é um chamado à ação coletiva. Ela desafia os discursos institucionais e reivindica políticas públicas específicas para mulheres trans e travestis idosas, com recortes interseccionais claros. O reconhecimento do envelhecimento trans e travesti como tema de justiça climática é uma chave para ressignificar as políticas de cuidado e de proteção social, pois se alinha com os fundamentos da Sociedade de cuidados.

A concepção de “Sociedade de Cuidados” adotada, reconhece o cuidado como centralidade da vida, e que a criação de uma sociedade dos cuidados, refere-se a um novo paradigma para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, pois inclui as perspectivas de gênero, a interseccionalidade e a interculturalidade nas políticas de cuidado, o que implica em reconhecer a função social dos cuidados, bem como compreender o cuidado como um bem público (CEPAL, 2022).

Assim, as políticas de cuidado deveriam deixar de ser concebidas como uma prestação destinada a “ajudar”. Segundo Pautassi (2010), ao reconhecer o cuidado como um direito garantido pelo Estado permite desvinculá-lo da relação trabalho-família, e da ideia de que são

destinados apenas às pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de gênero, étnica ou etária, passando a ser caracterizado como um direito humano, universal e inalienável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas de Rosa, Magólia e Dália revelam que as velhices trans e travestis não estão apenas sobrevivendo às múltiplas exclusões, mas também construindo práticas políticas e coletivas de cuidado, solidariedade e resistência. O enfrentamento da crise climática, para ser justo, precisa reconhecer essas trajetórias e escutar as vozes que historicamente foram silenciadas.

Não há justiça climática possível sem justiça social, de gênero, racial e territorial. As enchentes de 2024 não inauguraram as desigualdades; apenas as tornaram mais visíveis. Reconhecer as velhices trans e travestis como sujeitos de direito é urgente. Como afirma Rosa: *“A gente luta porque é isso ou morrer. Mas a gente quer mais do que sobreviver. A gente quer viver com dignidade.”*

Dália reforça: *“O etarismo está muito grande dentro da população de travestis e transexuais. As 50, 60 mais, parece que não têm muita chance”*. E completa: *“É tão bonitinho a vovó, o vovô, é bonitinho. O vovô hétero, a vovó hétero. Mas agora uma vó trans ou travesti, eles não aceitam isso nem como vó. Eu sou vó. Eu sou uma vó maravilhosa!”*

As práticas de cuidado coletivo, a construção de políticas a partir da base e, a força das redes afetivas, são elementos centrais para pensar novos horizontes de justiça climática. Escutar Rosa, Magólia e Dália é, portanto, não apenas um exercício acadêmico, mas uma exigência ética, política e epistemológica. Elas nos lembram que toda política climática é, também, uma política de corpos e de territórios.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; MELLO, C.; BEZERRA, G. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BUTLER, Judith. **Vida precária: o poder do luto e da violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CEPAL. **A sociedade do cuidado como horizonte para uma recuperação sustentável com igualdade de gênero será o tema principal da XV Conferência Regional sobre a Mulher que será realizada na Argentina em 2022.** CEPAL - Comunicado de Imprensa, 30 set. 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/sociedade-cuidado-como-horizonte-recuperacao-sustentavel-igualdade-genero-sera-o-tema>. Acesso em: 08 nov. 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** São Paulo: Boitempo, 2021.

FAVERO, Sofia. **Por uma ética pajubariana:** a potência epistemológica das travestis intelectuais. *Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 1–22, 2020. DOI: 10.21680/2446-5674.2020v7n12ID18520. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/18520>. Acesso em: 10 jun. 2025.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução:** trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas. São Paulo: Elefante, 2019.

HANAUER, Otto Felipe Dias e HEMMI, Ana Paula Azevedo. Caminhos percorridos por transexuais: em busca pela transição de gênero. **Saúde em Debate** [online]. v. 43, n. spe8, pp. 91-106. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S807>. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S807>. Acesso em: 07 jun 2025.

HENNING, C. E. **Gerontologia LGBT:** Velhice, Gênero, Sexualidade e a Constituição dos 'Idosos LGBT'. *Horizontes Antropológicos*, v. 23, n. 47, jan. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/Mw58qyvVjfSQy7hbmmZqLbm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 mai. 2024.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2000.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

NUNES, J. Escrever saúde global. In: DI GIULIO, G. M.; RIBEIRO, H.; VENTURA, D. F. L. (Orgs). **As Múltiplas dimensões da crise de Covid-19:** perspectivas críticas da Saúde Global e Sustentabilidade. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2023. p. 10-30. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/1135/1039/3868> . Acesso em: 26 mar. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando Nosso Mundo:** A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova Iorque: ONU, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 12 out. 2024.

PAUTASSI, L. C. **Cuidado y derechos:** la nueva cuestión social. In: *El cuidado en acción: entre el derecho y el trabajo*. Santiago: CEPAL, 2010. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/items/df78ffce-d9bc-4c6f-87d2-798bf0c9e8dd>. Acesso em: 26 mar 2025.

ROVERE, Tuize S. **Territórios de (Re)Existência:** Cidades, mulheres e as redes de cuidado como subversão da política pública habitacional. Santa Cruz do Sul, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/3794>. Acesso em: 23 nov. 2024.

SORJ, B. **Arenas de Cuidado nas Interseções entre Gênero e Classe Social no Brasil.** Cadernos de Pesquisa, v. 43, n. 149, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/N4CfkgXHT8Gtgsr4RvDNhtP/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 15 out. 2023.

TRONTO, Joan C. **Who cares?:** How to reshape a democratic politics. Cornell University Press, 2015.

TRONTO, Joan C.; FISHER, Berenice. Toward a feminist theory of caring. In: **Circles of care.** Suny Press, 1990. p. 36-54.